



CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA DE 2008

***Gilberto Luiz do Amaral
João Eloi Olenike
Letícia Mary F. do Amaral Viggiano
Fernando Steinbruch***

11 de março de 2009

CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA EM 2008 FOI DE 36,56% SOBRE O PIB

- *Carga Tributária atinge 36,56% do PIB em 2008;*
- *Crescimento em relação a 2007 foi de 1,02 ponto percentual;*
- *Houve aumento nominal de arrecadação de R\$ 133,26 bilhões em relação a 2007 (14,43%);*
- *Arrecadação Federal teve crescimento nominal de R\$ 88,70 bilhões (13,63%);*
- *Arrecadação dos Estados apresentou crescimento nominal de R\$ 36,55 bilhões (15,66%);*
- *Tributos municipais cresceram 20,64%, em termos nominais (R\$ 8,02 bilhões);*
- *A Carga Tributária Per Capita do período cresceu 13,24% (nominal);*
- *No ano, cada brasileiro pagou aproximadamente R\$ 5.572,00, representando um aumento aproximado de R\$ 652,00 em relação a 2007;*
- *Arrecadação por segundo foi de R\$ 33.409,87;*
- *Em seis anos de Governo Lula, carga tributária cresceu 4,02 pontos percentuais;*
- *Em oito anos de Governo FHC carga tributária aumentou 6,5 pontos percentuais;*
- *Nos 20 anos da Constituição de 1988, a carga tributária aumentou 16,28 pontos percentuais, correspondendo a um crescimento de 80%.*

Mesmo com queda de arrecadação no mês de dezembro, a carga tributária de 2008 apresentou elevação de 1,02 ponto porcentual, passando de 35,54% em 2007 para 36,56% do PIB.

O total da arrecadação em 2008 foi de R\$ 1,056 trilhão contra uma arrecadação em 2007 de R\$ 923 bilhões, com um crescimento nominal de R\$ 133 bilhões (14,43%).



TRIBUTOS	2.007	2.008	CRESC. R\$ MILHÕES	CRESC. %
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	12,26	17,24	4,98	40,61%
IPI	33,80	39,47	5,66	16,75%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	160,17	191,76	31,58	19,72%
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	7,84	20,34	12,51	159,60%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,38	0,47	0,09	23,01%
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	36,49	1,15	- 35,34	-96,85%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	102,49	120,80	18,31	17,87%
PIS / PASEP	26,72	31,60	4,88	18,27%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	34,42	43,97	9,55	27,76%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	7,94	5,93	- 2,01	-25,26%
FUNDAF	0,37	0,25	- 0,12	-31,34%
OUTRAS RECEITAS	32,08	38,87	6,79	21,18%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL	454,95	511,84	56,89	12,51%
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	153,36	180,48	27,11	17,68%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS	608,31	692,32	84,00	13,81%
FGTS	42,67	47,37	4,69	11,00%
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS	650,99	739,68	88,70	13,63%
ICMS	187,64	222,22	34,59	18,43%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	18,05	17,79	- 0,26	-1,44%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	27,74	29,96	2,22	8,01%
TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS	233,42	269,97	36,55	15,66%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	34,98	41,78	6,79	19,42%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	3,85	5,07	1,22	31,77%
TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS	38,83	46,84	8,02	20,64%
			-	

TOTAL	923,24	1.056,50	133,26	14,43%
			-	
PIB	2.597,61	2.889,72	292,11	11,25%
ARRECAÇÃO / PIB	35,54%	36,56%	1,02 pp.	

Os tributos que mais contribuíram para tal crescimento foram: ICMS (R\$ 34,59 bi), Imposto de Renda (R\$ 31,58 bi), INSS (R\$ 27,11 bi) e COFINS (R\$ 18,31 bi). O IOF foi o tributo que teve o maior aumento percentual em sua arrecadação, com 159,60%.

ARRECAÇÃO MÉDIA: DIA, HORA, MINUTO, SEGUNDO

	2007	2008
MÉDIA POR DIA	2.529.416.420,99	2.886.612.787,23
MÉDIA POR HORA	105.392.350,87	120.275.532,80
MÉDIA POR MINUTO	1.756.539,18	2.004.592,21
MÉDIA POR SEGUNDO	29.275,65	33.409,87

ARRECAÇÃO PERCENTUAL POR ENTE FEDERADO

	2007	2008
TRIBUTOS FEDERAIS	70,51%	70,01%
TRIBUTOS ESTADUAIS	25,28%	25,55%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	4,21%	4,43%
TOTAL	100%	100%



ARRECAÇÃO POR HABITANTE

	2007	2008	DIFERENÇA	AUMENTO %
ARRECAÇÃO PER CAPITA	4.920,21	5.571,88	651,67	13,24%

ARRECAÇÃO DO ICMS POR ESTADO

ICMS UF	EM R\$ 1.000,00			
	2007	2008	VARIAÇÃO R\$	VARIAÇÃO %
NORTE	10.559.497	12.202.522	1.643.025	15,56%
Acre	391.857	441.292	49.435	12,62%
Amazonas	3.712.040	4.619.595	907.555	24,45%
Pará	3.666.973	4.182.093	515.120	14,05%
Rondônia	1.441.555	1.675.169	233.614	16,21%
Amapá	289.482	108.906	-180.576	-62,38%
Roraima	269.158	300.763	31.605	11,74%
Tocantins	788.432	915.704	127.272	16,14%
NORDESTE	27.743.294	29.574.824	1.831.530	6,60%
Maranhão	2.003.109	2.350.325	347.216	17,33%
Piauí	1.176.108	1.402.557	226.449	19,25%
Ceará	3.917.618	4.719.283	801.665	20,46%
Rio Grande do Norte	2.006.233	2.248.737	242.504	12,09%
Paraíba	1.677.914	1.927.355	249.441	14,87%
Pernambuco	5.415.683	6.008.998	593.315	10,96%
Alagoas	1.401.858	1.614.352	212.494	15,16%
Sergipe	1.204.150	1.340.654	136.504	11,34%
Bahia	8.940.621	10.238.561	1.297.940	14,52%
SUDESTE	104.075.349	124.372.695	20.297.346	19,50%
Minas Gerais	19.333.203	23.214.306	3.881.103	20,07%
Espírito Santo	5.878.468	7.001.267	1.122.799	19,10%
Rio de Janeiro	15.671.288	17.835.540	2.164.252	13,81%
São Paulo	63.192.391	76.321.581	13.129.190	20,78%
SUL	29.165.815	34.581.911	5.416.096	18,57%
Paraná	10.085.503	11.766.971	1.681.468	16,67%
Santa Catarina	6.822.626	7.942.501	1.119.875	16,41%
Rio Grande do Sul	12.257.685	14.872.439	2.614.754	21,33%

CENTRO-OESTE	16.077.356	19.177.377	3.100.021	19,28%
Mato Grosso	3.886.764	4.736.302	849.538	21,86%
Mato Grosso do Sul	3.500.612	4.346.913	846.301	24,18%
Goiás	5.230.965	6.143.391	912.426	17,44%
Distrito Federal	3.459.015	3.950.771	491.756	14,22%
BRASIL	187.621.312	222.226.327	34.605.015	18,44%

ARRECAÇÃO DA RECEITA FEDERAL POR ESTADO

EM R\$ 1,00

ESTADO	TOTAL ARRECAÇÃO RECEITA FEDERAL 2007	TOTAL ARRECAÇÃO RECEITA FEDERAL 2008	VARIAÇÃO %
ACRE	177.177.899	204.212.564	15,26%
ALAGOAS	783.623.561	901.505.635	15,04%
AMAZONAS	5.633.288.895	7.156.453.867	27,04%
AMAPÁ	208.695.071	230.155.420	10,28%
BAHIA	8.720.104.481	9.935.363.821	13,94%
CEARÁ	3.928.745.173	4.482.912.582	14,11%
DISTRITO FEDERAL	40.990.568.311	38.355.507.701	-6,43%
ESPÍRITO SANTO	7.629.869.621	10.129.917.212	32,77%
GOIÁS	3.820.844.218	5.204.666.847	36,22%
MARANHÃO	1.791.570.949	2.142.272.222	19,58%
MINAS GERAIS	25.179.793.709	28.545.944.928	13,37%
MATO GROSSO DO SUL	1.130.023.394	1.565.024.444	38,49%
MATO GROSSO	1.615.968.755	1.930.073.790	19,44%
PARÁ	2.119.456.597	2.411.119.161	13,76%
PARAÍBA	975.029.014	1.224.875.641	25,62%
PERNAMBUCO	5.658.376.711	6.775.693.025	19,75%
PIAUI	619.298.268	752.162.780	21,45%
PARANÁ	19.808.484.204	22.814.980.396	15,18%
RIO DE JANEIRO	94.328.531.084	113.613.150.416	20,44%
RIO GRANDE DO NORTE	1.112.241.565	1.307.395.986	17,55%
RONDÔNIA	518.981.896	635.407.362	22,43%
RORAIMA	145.588.001	181.049.941	24,36%
RIO GRANDE DO SUL	19.818.158.387	22.061.331.423	11,32%
SANTA CATARINA	10.742.682.990	13.447.082.190	25,17%
SERGIPE	824.732.036	970.472.213	17,67%
SÃO PAULO	190.237.839.817	207.686.074.697	9,17%
TOCANTINS	364.527.638	460.896.780	26,44%
TOTAL BRASIL	448.884.202.245	505.125.703.041	12,53%



**INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Governo Sarney: 1985 - 1990

Governo Collor : 1990 - 1992

Governo Itamar: 1992 - 1994

Governo FHC 1: 1995 - 1998

Governo FHC 2: 1999 - 2002

Governo Lula: 2003 - 2008

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA GERAL: EM US\$ MILHÕES (1986 A 1991)/ R\$ MILHÕES (1992 EM DIANTE)										
	PIB	TRIBUTOS	% SOBRE	TRIBUTOS	% SOBRE	TRIBUTOS	% SOBRE	TOTAL	% S/	CRESCIM.
ANO		FEDERAIS	O PIB	ESTADUAIS	O PIB	MUNICIPAIS	O PIB	ARRECAÇÃO	PIB	C.TRIBUT. ANO ANT.
' 1986	337.832	56.386	16,69%	17.160	5,08%	2.095	0,62%	75.641	22,39%	
' 1987	360.810	55.048	15,26%	16.015	4,44%	2.093	0,58%	73.156	20,28%	- 2,11 PONTO PERCENTUAL
' 1988	371.999	55.542	14,93%	16.656	4,48%	2.232	0,60%	74.430	20,01%	-0,27 P.P.
' 1989	399.647	58.544	14,65%	27.613	6,91%	2.398	0,60%	88.555	22,16%	2,15 P.P.
' 1990	398.747	79.352	19,90%	36.219	9,08%	3.684	0,92%	119.255	29,91%	7,75 P.P.
' 1991	405.679	65.386	16,12%	29.686	7,32%	4.781	1,18%	99.853	24,61%	-5,3 P.P.
' 1992	355.453	60.437	17,00%	26.297	7,40%	3.480	0,98%	90.214	25,38%	0,77 P.P.
' 1993	429.968	79.510	18,49%	25.398	5,91%	2.971	0,69%	107.879	25,09%	-0,29 P.P.
' 1994	477.920	98.199	20,55%	34.334	7,18%	4.200	0,88%	136.733	28,61%	3,52 P.P.
' 1995	646.192	124.695	19,30%	53.139	8,22%	9.024	1,40%	186.858	28,92%	0,31 P.P.
' 1996	843.966	139.484	16,53%	62.980	7,46%	10.116	1,20%	212.581	25,19%	-3,73 P.P.
' 1997	939.147	158.566	16,88%	69.320	7,38%	11.305	1,20%	239.191	25,47%	0,28 P.P.
' 1998	979.276	181.828	18,57%	72.070	7,36%	14.219	1,45%	268.117	27,38%	1,91 P.P.
' 1999	1.065.000	210.691	19,78%	79.154	7,43%	15.096	1,42%	304.941	28,63%	1,25 P.P.
' 2000	1.179.482	250.302	21,22%	95.383	8,09%	16.011	1,36%	361.696	30,67%	2,03 P.P.
' 2001	1.302.136	278.599	21,40%	108.262	8,31%	16.884	1,30%	403.745	31,01%	0,34 P.P.
' 2002	1.477.822	341.510	23,11%	122.234	8,27%	18.742	1,27%	482.486	32,65%	1,64 P.P.
2003	1.699.948	391.052	23,00%	139.137	8,18%	22.990	1,35%	553.179	32,54%	-0,11 P.P.
2004	1.941.498	454.313	23,40%	166.117	8,56%	29.705	1,53%	650.135	33,49%	0,95 P.P.
2005	2.147.239	514.417	23,95%	187.873	8,74%	30.574	1,42%	732.864	34,13%	0,64 P.P.
2006	2.369.797	570.789	24,08%	211.956	8,94%	35.193	1,48%	817.938	34,52%	0,39 P.P.
2007	2.597.611	650.997	25,06%	233.416	8,99%	38.832	1,49%	923.924	35,54%	1,02 P.P.
2008***	2.889.719	739.682	25,60%	269.973	9,34%	46.840	1,62%	1.056.495	36,56%	1,02 P.P.

*DIFERENÇAS NAS SOMATÓRIAS DEVEM-SE A ARREDONDAMENTOS

** Valores do PIB de 1996 a 2006 revistos pelo IBGE em 09/12/2008

*** Valor do PIB de 2008 divulgado pelo IBGE em 10/03/2009

METODOLOGIA DO ESTUDO E BASE DE DADOS

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário faz o acompanhamento regular da carga tributária. No setor público a Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES (www.federativo.bndes.gov.br), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br), a Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) e o TCU – Tribunal de Contas da União (www.tcu.gov.br) fazem o mesmo levantamento. Mas, a falta de uma metodologia oficial de cálculo faz com que cada uma das entidades ou órgãos utilize critérios diferentes entre si, havendo diferenças entre os resultados, sem, contudo, comprometer os objetivos de cada um deles, que é prestar informações sobre o montante de recursos transferidos da economia para os poderes públicos federal, estaduais e municipais. Assim como a inflação é medida por diversos índices, calculados por entidades públicas e privadas, as estatísticas da carga tributária permitem à sociedade não ficar refém de pesquisas governamentais.

As diferenças entre as metodologias dos estudos residem em alguns fatores, com a constatação que todos os levantamentos utilizam a mesma base de dados para o cálculo das arrecadações federais (Secretaria da Receita Federal, INSS e Caixa Econômica Federal) e estaduais (CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária):

- a) Receita Federal: não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das contribuições corporativas e das custas judiciais; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais;
- b) IBGE: não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores

relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares;

- c) SF – BNDES: faz uma estimativa dos tributos municipais, através de um levantamento preliminar das arrecadações das três principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro de Janeiro de Belo Horizonte); e, faz uma estimativa dos valores de outros tributos cuja arrecadação não é conhecida, utilizando a mesma variação dos tributos conhecidos;

IBPT – considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do CONFAZ, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao CONFAZ; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 1.213 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.

- - -

ESTUDO E PESQUISA DE RESPONSABILIDADE:

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

Entidade criada em 11/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.

www.ibpt.com.br



COORDENAÇÃO:

Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL, advogado tributarista, auditor, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito e planejamento tributário.

gilberto@ibpt.com.br

Prof. JOÃO ELOI OLENIKE, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.

olenike@ibpt.com.br

Dr. FERNANDO STEINBRUCH, advogado tributarista, consultor de empresas, professor do IBPT.

fernando@ibpt.com.br

Dra. LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL VIGGIANO, advogada tributarista, consultora internacional, professora de direito tributário.

leticia@ibpt.com.br